

Nota Introdutória

Após um aturado trabalho de avaliação por pares e de revisão dos textos propostos para publicação à *Revista Portuguesa de História*, publicam-se neste tomo 10 artigos e 8 resenhas críticas, dos quais apresentamos uma breve síntese de conteúdos e de perspetivas de abordagem.

O artigo de Antonio Pio Di Cosmo *Narrare i fatti significanti della vita dell'Impero. Interpretazioni e rappresentazioni letterarie dell'ascesa e della dipartita degli augusti da Costantino a Giuliano* situa-se no campo da biografia política sobre os imperadores romanos, elaborada por panegiristas, bispos e intelectuais. Através de uma perspicaz “desconstrução”, situada em contexto, das narrativas imperiais – metodologia que implicou identificar múltiplas variáveis explicativas para as diferentes “representações” da imagem dos imperadores romanos, nomeadamente os posicionamentos políticos e religiosos dos seus panegiristas ou detratores – o autor carrega um contributo importante no sentido da releitura das figuras emblemáticas do império romano.

Uma das marcas da política imperial nos territórios da romanização foi a instalação de infraestruturas urbanísticas que as escavações arqueológicas têm revelado, sendo o seu uso posterior, nomeadamente na época medieval, atestado por fontes escritas. Maria Amélia Álvaro de Campos no artigo *Higiene pública e privada na Idade Média: contributos e documentos sobre estruturas sanitárias em Coimbra (séculos XII-XV)* apresenta-nos um estudo de caso sobre esta temática suportado em documentação de cariz municipal e judicial que comprova, por um lado, uma das competências das vereações concelhias, tanto na definição de normas referentes ao ordenamento e higiene do espaço urbano, como na resolução judicial de conflitos que resultassem do seu uso. A comprovação histórica da regulação de usos públicos e privados de instalações sanitárias traduz a política dos poderes locais medievais em criar condições de salubridade necessárias para evitar a propagação de doenças. O estudo em análise dá-nos a espessura temporal de um problema que assume nos tempos de hoje grande atualidade, sobretudo no que concerne aos países menos desenvolvidos a braços com uma pandemia.

A história da cidade coimbrã complementa-se e enriquece-se com o estudo de José Luís Barbosa sobre *As finanças da Câmara Municipal de Coimbra nos finais do Antigo Regime (1762-1820) [I]: as receitas*. Através de um tratamento exaustivo da informação registada nos livros de receita do município coimbrão, o autor revela-nos a proveniência, natureza e evolução dos rendimentos auferidos

pela instituição que geria a cidade. A abordagem de cariz fundamentalmente quantitativo, expressa em quadros e gráficos, carrega um contributo fundamental para o conhecimento da história do municipalismo português, em geral, e do município de Coimbra, em particular, num tempo que marca a transição do antigo regime para a sociedade liberal, na medida em que evidencia os constrangimentos do poder concelhio ao desempenho das funções que lhe estavam atribuídas, desde o ordenamento à regulação do abastecimento urbano.

Uma das atividades decorrentes da regulação municipal do abastecimento em bens alimentares, e outros, era o controlo do uso e respetiva aferição dos pesos e das medidas que não eram uniformes no território nacional.

Luís Seabra Lopes no artigo *Os marcos de Colonha e de Tria e a reforma dos Pesos de Dom João II (1487-1488)* acrescenta conhecimento relevante numa área da sua especialidade, a metrologia, relativo aos esforços régios desenvolvidos pelos monarcas que governaram o país nos inícios da modernidade no sentido da uniformização de pesos e de medidas de capacidade.

O reinado de D. João II é apresentado pela historiografia política mais tradicional como um marco na construção do “estado moderno”. A implantação, em Portugal, de uma estrutura burocrático/administrativa centralizada e integrada tem sido, no entanto, um processo muito longo que procura ainda na atualidade os caminhos da eficácia em termos de criação de condições propícias ao desenvolvimento económico e bem estar das populações.

Ana Carina Azevedo publica neste tomo da RPH um contributo para o conhecimento do referido processo situado nos anos finais do Estado Novo no estudo *A caminho da reforma administrativa. O Grupo de Trabalho n.º 14 e a criação do Secretariado da Reforma Administrativa (1965-1969)*. Através da exploração de um núcleo documental “em grande medida inédito”, a autora apresenta o contexto e os agentes institucionais a quem coube definir as linhas orientadoras de um projeto de reforma administrativa articulado com objetivos de desenvolvimento económico e social. Trata-se de uma abordagem que segue as tendências de uma nova história institucional.

O tomo 51 da *Revista Portuguesa de História* integra artigos que, para além da diversidade dos objetos de análise e da cronologia, se situam no campo que poderemos designar da “comunicação histórica e formação da opinião pública” e que carregam um importante contributo para problematizar historicamente o fenómeno da comunicação.

Numa sequência cronológica, recuamos à época medieval. A construção da imagem do poder dos monarcas medievais passava pela concessão de privilégios, sinais da liberalidade régia e de recompensa pelos serviços desempenhados pelos súbditos. Diego Belmonte Fernández no artigo *Privilegios*

rodados em Portugal: memoria de la praxis diplomática castellana en territorio luso analisa 5 documentos à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que constituem expressões da prática diplomática da coroa de Castela. Trata-se de um novo olhar do diplomata, que acrescenta à crítica documental a procura dos símbolos de comunicação do poder expressos em documentos de grande “solenidade” como eram os privilégios rodados.

De um artigo que nos exemplifica os instrumentos de comunicação da magnificência do poder dirigidos a uma elite social, passamos agora à apresentação de um estudo que tem como suporte de análise a imprensa escrita, em particular o *Diário de Notícias*, veículo de difusão de informação e opinião a um público alargado. Trata-se do estudo de Maria João Vaz intitulado *A construção do crime na imprensa (Lisboa, 1892)* que apresenta os resultados do levantamento exaustivo das notícias referentes a criminalidade publicadas ao longo do ano de 1892, informação que foi tratada no sentido de colher dados sobre criminalidade, mas também de apurar, através da desconstrução do texto jornalístico, a criação de representações do crime e dos infratores, contribuindo para a formação e difusão de imaginários sociais assentes na imagem de uma cidade insegura e de práticas criminais quotidianas.

De forma deliberada ou involuntária, a informação contida na imprensa escrita é sempre formadora de opinião pública. Esta circunstância é, no entanto, particularmente evidente nos artigos destinados a cumprir essa função. Beatriz Peralta García, no artigo intitulado *Os pioneiros do artigo de opinião em Portugal. As colunas jornalísticas de Ernesto da Silva (1892-1903)*, analisa o percurso jornalístico de Ernesto da Silva inserindo-o no contexto do jornalismo operário oitocentista. Na tentativa de compreensão da linha de pensamento e de ação de um formador de opinião, a autora invoca confrontos individuais e doutrinários no seio das lideranças do movimento operário, carreando um valioso contributo para o estudo da história da imprensa oitocentista bem como para o conhecimento das ideias e dos projetos políticos que ecoaram nos textos jornalísticos.

A partir do século XIX a imprensa escrita constituiu-se como órgão privilegiado de formação de opinião “revolucionária” dirigida a públicos alargados, caso do operariado oitocentista, mas não descurou o universo privado feminino, lugar em que se insere o artigo de Isabel Drumond Braga intitulado *O Jornal da Mulher (1910-1937): conselhos de economia doméstica e receitas de culinária*. Trata-se de um periódico que para além das 634 receitas publicadas ao longo da sua existência, fonte preciosa de informação para o estudo dos hábitos alimentares e do comportamento à mesa das elites, nos desvenda também a persistência de modelos de funções e papéis femininos,

divergentes aliás dos propostos, e protagonizados, por algumas mulheres que se destacaram no tempo da Primeira República.

Datando de uma cronologia mais recente, e versando uma temática que se insere na área da comunicação em ciência, destacamos o artigo de Márcia Regina Barros da Silva *The History of Science in Latin America in its own terms*, elaborado com base na análise comparativa dos estudos publicados em dois periódicos científicos: o *Quipu*, criado em 1984 pela Sociedade Latino-Americana de História das Ciências e Tecnologia do México e a *Revista Brasileira de História da Ciência*, publicada pela Sociedade Brasileira de História da Ciência. Através de uma análise do conteúdo e das perspetivas de abordagem patentes nos estudos elaborados por autores da América Latina e que procuram a sua compreensão à luz de um paradigma específico de um contexto cultural diverso do europeu, a autora sustenta que os referidos periódicos contribuíram para a “estruturação de uma comunidade epistémica” que operou relevantes mudanças na historiografia da ciência e da tecnologia.

As recensões críticas constituem um importante espaço de divulgação de obras publicadas recentemente e que veiculam caminhos da historiografia atual. Neste tomo acolhemos os seguintes títulos: *Do Douro ao Mondego de Afonso Magno a Almançor*; *The Dowry System in Rural Mediterranean Europe. A Case Study of Peasant Families in Minho*; *Educar, Higienizar e Regenerar: Uma História da Eugenia no Brasil*; *As Ordens Terceiras no mundo ibérico da Idade Moderna*; *A new history of Iberian Feminisms*; *Os livreiros de Lisboa nos séculos XVI e XVII: estratégias económicas, sociais e familiares*; *Finanças, economias e instituições no Portugal moderno: séculos XVI-XVIII*; *Sobre o autoritarismo brasileiro. Uma breve história de cinco séculos*.

Atendendo à diversidade de temáticas e às metodologias de abordagem, consideramos que o tomo 51 da *Revista Portuguesa de História* continua a pautar-se pela exigência metodológica, marca da sua longa vida, projetando-se para o Futuro ao dar espessura temporal a problemas do nosso tempo.

As coordenadoras científicas

Margarida Sobral Neto

Maria Antónia Lopes